

Sociólogo Fernando Diogo em entrevista ao Correio dos Açores

# “Podemos perspectivar o aumento da taxa e da intensidade da pobreza nos Açores” por efeito da Covid-19

## Plano Regional de Combate à Pobreza terá de ser revisto

**Correio dos Açores - Em Novembro do ano passado afirmou que 1/3 dos açorianos são pobres. Em que medida é que – no seu entender – os impactos sentidos pelo novo coronavírus poderão alterar estes números nos próximos meses?**

**Fernando Diogo (Sociólogo)** - Nós não sabemos verdadeiramente qual vai ser essa influência, e é bom que isto fique claro, porque esta é uma situação nova que nunca ocorreu nos moldes em que estamos a lidar com ela.

Já houve outras pandemias mas nós não tínhamos instrumentos para lidar com elas de uma forma minimamente eficaz. Ao contrário dessas vezes, estamos a viver uma situação muito diferente porque, por um lado, o mundo está mais globalizado e o vírus espalha-se mais rapidamente, mas pelo facto de o mundo estar mais globalizado a capacidade de resposta é mais integrada e muito maior do que em 1918, por exemplo.

Isto tem que ser visto com muita cautela porque a situação é muito difícil de perceber e é muito volátil. Os próprios governos estão a navegar à semana e não é possível navegar mais do que isso para prever o que vai acontecer.

Mas o que eu acho é que as coisas já se estão a agravar no que diz respeito à pobreza nos Açores. Isto é o que acho que está a acontecer neste preciso momento, e a tendência é para se agravar ainda mais antes de melhorar.

De qualquer forma, vão existir impactos diferenciados em função do tipo de pessoa envolvida. Por exemplo, os reformados vão ter um impacto diferente daqueles que estão em idade activa. Quem está em idade activa, a trabalhar, pode ficar desempregado e a probabilidade de ficar desempregado é maior quanto mais frágil for a sua situação laboral. Por isso, é possível que haja aqui um incremento da pobreza pronunciada.

O que nós podemos perspectivar é o aumento da taxa de pobreza e, por outro lado, o aumento da intensidade da pobreza, o que vai tornar mais difícil a sobrevivência dos pobres que já são pobres.

**As medidas implementadas serão suficientes para impedir que algumas empresas fechem portas e aja mais desemprego?**

Não sei e duvido que alguém saiba. Em primeiro lugar, sou sociólogo mas creio que mesmo os nossos economistas responderiam algo semelhante porque a situação é bastante volátil. Basta que as pessoas pensem que as coisas estão a correr bem e comecem a relaxar e a tentar seguir a sua vida normal para que as coisas corram mal muito depressa e que seja necessário implementar novamente a grande disciplina.

Os esforços que o Governo Regional tem vindo a fazer para reduzir a taxa de pobreza nos Açores são dependentes de uma coisa que não depende dos seus esforços, que é a dinâmica do mercado de trabalho. E se não houver emprego não há esforço que valha ao governo regional.



Fernando Diogo: “Vai tornar-se mais difícil a sobrevivência dos pobres que já são pobres”

Por isso, acho que os esforços do governo regional se devem centrar, nesta altura e nos próximos tempos, em mitigar os efeitos da pobreza do que propriamente preocupar-se em reduzi-la.

**Esta nova crise será pior do que a anterior no que diz respeito aos impactos na pobreza?**

Sim, sim. A queda do PIB vai ser maior e a mortalidade das empresas também está a ser maior, tal como a queda do emprego. A grande questão será quão rápida será a recuperação.

Há alguma esperança e aquilo que foi dito a nível internacional foi que essa recuperação também seja bastante rápida, que seja algo em “V”, uma queda profunda e abrupta e uma recuperação também acentuada e abrupta.

Estamos a caminho do fundo do poço. Ainda lá não chegámos e ainda vai demorar algum tempo até lá, mas vamos ver se depois estas perspectivas optimistas de saída rápida e forte se concretizam.

**De que forma é que aquilo que se prevê para a Região difere do que se prevê para o território continental?**

Há um pano de fundo que é idêntico mas há algumas especificidades açorianas. Por exemplo, o tecido empresarial nos Açores é constituído em mais de 90% por micro e pequenas empresas e essas empresas têm, em regra, menos capacidade para suportar o impacto de uma crise destas. Digamos que as características das empresas açorianas vão amplificar o problema nos Açores em relação ao continente, onde o perfil é semelhante mas não é tão acentuado.

Uma segunda característica nos Açores tem a ver com a maior taxa de pobreza, o que significa que há mais gente vulnerável aos efeitos da crise. Depois também há a questão de uma maior de-

pendência da economia açoriana em relação ao turismo, que desapareceu.

Se é verdade que Portugal tem uma certa dependência do turismo de uma forma geral, e se a dependência varia em função das regiões, ela é grande no caso dos Açores, como acontece na Madeira ou no Algarve.

Muitos dos investimentos turísticos feitos nos Açores são recentes, foram feitos com recursos a créditos bancários, estão a ser pagos e, de repente, deixa de haver a fonte de financiamento que havia para continuar a pagar aos bancos.

Por outro lado, os Açores têm um Governo Regional que não é nada parecido ao que há no continente. As comissões de coordenação regional não têm as mesmas competências nem a mesma almofada financeira. Também a margem de manobra do ponto de vista orçamental é maior nos Açores do que para o continente e para a Madeira, e esperamos que o Governo saiba utilizar essa margem acrescida em relação ao resto do país para conseguir fazer o seu trabalho, auxiliar as pessoas e os agentes económicos.

**Deverá o governo rever a sua Estratégia Regional de Combate à Pobreza?**

A mim parece-me que o plano vai ter que ser revisto, mas não já. Vamos ter que esperar algum tempo para perceber o que vai acontecer.

Em primeiro lugar, o Governo tem que perceber o que está a acontecer, mas não pode começar a perceber agora porque a maior parte das coisas que poderão acontecer ainda não aconteceram, quer no sentido negativo, quer no sentido de recuperação.

Depois, claramente que esse plano tem que ser revisto. Há coisas que são para manter, que são estruturantes e que não vão mudar com esta crise, nomeadamente a questão do apoio na in-

fância, a questão da qualificação de jovens e das qualificações dos adultos, na questão do emprego. E haverá certamente outras coisas que, neste momento, não estamos a ver muito bem e que vai ser preciso modificar, mas não já.

**A Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome afirmou que têm existido mais pedidos mas uma maior incapacidade de resposta. Como se poderá assegurar que não falem alimentos aos mais carenciados?**

Talvez seja necessário reactivar uma ideia do governo de Passos Coelho, muito criticada, que foi a ideia das cantinas sociais. Mas terá que ocorrer com outros moldes, porque as cantinas sociais foram uma má ideia, e retomá-las como Passos Coelho as desenhou seria mau, mas o apoio alimentar à população vai ter que ser retomado.

É preciso não esquecer que vivemos num continente que tem excedentes alimentares bastante grandes (...), e penso que, nesta questão do apoio alimentar, a União Europeia não nos desiludirá. A Região sempre contou com esses excedentes alimentares e creio que a União fará chegar à Região esses alimentos que poderão ser distribuídos através dos bancos alimentares e colocados nas mãos das pessoas que precisam de alimentação.

**Considera que poderá haver um aumento do número de beneficiários do RSI?**

Acredito que vai haver um reforço do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, embora o valor máximo que se pode receber no RSI esteja 20% ou 30% abaixo do limiar de pobreza, mas impede as pessoas de morrerem de fome.

Se a situação se deteriora bastante e rapidamente, as pessoas têm que recorrer ao que existe e o RSI serve precisamente para isto. Por outro lado, é possível que o governo central queira reforçar os valores do RSI porque há muita gente que nunca lá se imaginou e que vai lá parar pelo menos temporariamente.

**Como fica a pobreza infantil?**

As crianças e jovens não são pobres em si, são pobres no seio de agregados familiares pobres, em regra, e o que nós constatamos é que as famílias que têm crianças têm uma probabilidade de pobreza maior.

Quando os recursos falham, a probabilidade de os mais vulneráveis apanharem em primeiro lugar é grande. É claro que a maioria dos pais vai priorizar os seus filhos na distribuição de recursos quando eles são escassos, mas isso não vai acontecer com todos e é possível que já haja situações agudizadas.

Se esta crise afecta, em primeiro lugar, os mais vulneráveis na sua condição social, entre os mais vulneráveis destacam-se os pobres, e entre os pobres destacam-se as crianças e jovens.